

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA SOCIAL

Alex Silva Costa¹

Resumo

O artigo procura analisar o desenvolvimento do ensino da disciplina de História na educação brasileira, bem como a trajetória do ensino no Brasil que estava pautado no início na criação da identidade nacional, da importância da Pátria, no fortalecimento da idéia de miscigenação. Além disso, faz uma crítica ao Parâmetro Curricular Nacional de História e seus aspectos utópicos com relação à situação real das escolas e dos profissionais da educação no país.

Palavras-chave: PCN –Educação –História

1. INTRODUÇÃO

Segundo o PCN de História da 5ª a 8ª, nem sempre estava claro para os educadores por que a História fazia parte do currículo escolar e qual a importância da sua aprendizagem na formação do jovem. Seriam estas as questões fundamentais quando se pretende refletir, repensar ou posicionar-se em relação ao ensino de História praticado.

No entanto esqueceram-se de que a História tal como fora dita e imaginada já não é mais a mesma, pois com o advento da Escola dos Annales, principalmente a partir do pensamento renovador de Marc Bloch no qual enfatiza que a História não deveria ser atrelada aos grandes fatos históricos, ao herói, aos grandes acontecimentos, a datação, ao dogma da verdade, etc. Na contramão disso tudo o pensador requer e defende uma ciência

¹Graduando da Universidade Estadual do Maranhão do Curso de História Licenciatura e Bolsista Bic/UEMA.

histórica que nos leve a compreensão do fato histórico e não a sua mera reprodução, a uma histórica crítica e reflexiva da nossa realidade sócio-cultural.

A partir de então a história não parte mais da cima pra baixo, pelo contrário, analisa a situação sob vários aspectos tentando entender os derrotados, os erros que não foram pesquisados, o que era tido como fato histórico insignificante passa a ter sentido, porque através de uma abordagem mais ampla que estaria ligada a uma junção com outras ciências entre elas, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, abrir-se-ia espaço para uma ciência globalizante, que veria os acontecimentos sob vários pontos de vista, onde “tudo é História”, sendo este o lema deste novo jeito de construir e entender a História.

Devemos rever conceitos e estratégias pedagógicas para podermos reformular não só o ensino de História, mais das demais áreas da Educação, para que possamos entender de fato a importância da História como elemento transformador de uma sociedade opressora que seja capaz de desenvolver uma nova pedagogia do oprimido, para que através da educação possamos mudar a História da humanidade.

2.0 ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Após a Independência, tentou-se criar a “genealogia da nação”, então se elaborou uma “história nacional”, que tinha como matriz e centro a Europa. A partir da década de 30 e 40, através de uma política nacionalista e desenvolvimentista a História, o Estado criou as faculdades de filosofia no Brasil, formando professores e educadores, consolidando-se uma produção de conhecimento científico autônomo no País.

Com a criação do Colégio D.Pedro II, em 1837, na regência de Araújo Lima, o ensino de História passou a ser obrigatório, sendo inspirado no modelo francês. Predominavam os estudos literários voltados para um ensino clássico e humanístico e destinados aos elementos pertencentes das elites brasileiras. Com a criação do IHGB no mesmo ano, houve uma série de trabalhos que geraram conseqüências para o ensino da História nacional. O Instituto defendia a tese do Brasil miscigenado, formado pelos brancos, negros e indígenas, ou seja, defendia que o nosso país era fruto dessas três elementos culturais, no entanto defendia a superioridade do branco. Privilegiava o Estado como principal agente da História brasileira, enfatizando os principais acontecimentos, os grandes heróis nacionais, etc.

Somente nas últimas décadas do século XIX, antes da República, é que começaram a surgir críticas a redução da História a uma classificação cronológica de dinastias ou a um catálogo de fatos notáveis dos dois Reinados. È no contexto da História Pátria que juntamente com a História da Civilização, tinham a missão de integrar o povo brasileiro à moderna civilização ocidental, reforçando a visão linear, determinista e eurocêntrica da História.

Com a criação em 1930 do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos, acentuou-se o fortalecimento do poder central do Estado e o controle sobre o ensino. Com a criação das universidades inicia-se a formação do professor secundário. Amplia-se e consolida-se com dificuldades, um campo cultural autônomo com a expansão do cinema e do rádio.

No debate educacional da década de 30, tornou-se vitoriosa a tese da “democracia racial”, expressa em programas e livros didáticos de ensino de História, para legitimar este discurso o negro era representado como pacífico diante do trabalho escravo e como elemento peculiar para a formação de uma cultura brasileira e o índio era tido como “bom selvagem”. E No Estado Novo a História tinha como tarefa enfatizar o ensino patriótico.

Os governos militares de 1964 pra frente permitiram a proliferação dos Cursos de Licenciatura Curta, contribuindo assim para o avanço das entidades privadas no ensino superior e para uma desqualificação profissional docente. Esta contribuiu para um afastamento entre universidades e escolas de primeiro e segundo graus, além de prejudicar o diálogo entre pesquisas acadêmicas e o saber escolar, dificultando a introdução de reformulações do conhecimento histórico e das ciências pedagógicas no âmbito da escola.

Nas décadas de 80 e 90, alguns professores começaram a denunciar a impossibilidade de transmitir o conhecimento de toda história da humanidade em todos os tempos. Difundiram-se reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem, nos quais os alunos começaram a ser reconhecidos como participantes ativos do processo de construção do conhecimento.

2.1. A HISTÓRIA NA SALA DE AULA

De acordo com o PCN desde que a História foi incorporada ao currículo escolar ela tem mantido uma interlocução com o conhecimento histórico; todavia este fator não está condensado na atmosfera da sala de aula, visto que a nova produção historiográfica ainda na está inserida nos planos de aula e no currículo dos professores, e nem atende as

expectativas do ensino- aprendizagem da Educação Básica. Ainda tem-se a descrição e elaboração de uma História que não privilegia o todo, ou seja, o seu ensino ainda está legitimando de alguma forma teorias que fortalecem o domínio ou supremacia de uma classe, etnia, nação sobre outras. Isso fortalece a ideologia das classes dominantes que dominam as instituições e propagam-se no poder através das instituições, e a educação tanto no âmbito público quanto privado está imerso nessa ideologia.

O que resta aos profissionais da educação é superar estas ideologias, ir de encontro contra as mesmas para poder libertar-se dessas correntes, não alimentá-las. Empenhar-se em ensinar aos alunos uma História que dos ídolos, das grandes batalhas, dos vencedores, e ir ao encontro da História que critica e se contrapõe a ideologia do mais forte, do maior, do vencedor. Mais não adianta somente se soltar das correntes, devemos promover um intercâmbio melhor entre as novas pesquisas que são feitas no âmbito superior e o ensino no nível Fundamental e Médio para que libertemos os alunos e não os contaminemos.

Segundo o PCN de História de longa data, muitos dos profissionais que atuam no ensino e/ou produzem material didático são pesquisadores e produtores de conhecimento historiográfico. Apesar de em certos momentos da História da educação brasileira algumas políticas públicas romperem com os vínculos diretos entre o que se ensina na escola e a produção histórica específica, ou ainda, estimularem a formação de docentes para reproduzirem um saber puramente escolar, permanecem as lutas de professores/historiadores para aproximarem o ensino das questões, das abordagens e dos temas desenvolvidos pela pesquisa teórica científica.

No entanto, percebe-se uma crescente preocupação dos professores do ensino fundamental em acompanhar e participar do debate historiográfico, criando aproximações entre o conhecimento histórico e o saber histórico, já que a História é um campo de pesquisa e produção de saber em permanente debate que está longe de apontar para um consenso.

Todavia é interessante ressaltar que somente com a colaboração e implantação de novos centros de compartilhamento de pesquisas entre os profissionais de pesquisa e a classe docente do Ensino Fundamental e Médio é que se terá uma revolução no fazer e no aprendizado historiográfico, pois deve haver uma relação próxima entre esses profissionais para que se tenham evoluções nos dois campos de atuação desses sujeitos fazedores da História.

2.2. A HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com o PCN não se aprende História somente no espaço escolar. As crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens explicações no convívio social e familiar, nos festejo de caráter local, regional, nacional e mundial. São atentos as transformações e aos ciclos da natureza, e envolvem-se com os ritmos acelerados da vida urbana, da televisão e dos vídeosclipes, são seduzidos pelos apelos de consumo da sociedade contemporânea e preenchem a imaginação com ícones recriados a partir de fontes e épocas diversas.

O que se pode observar é que no enunciado acima parece ser de fato tão interessante e fácil a transmissão dos fatos históricos através dessas novas ferramentas de transmissão do saber, é muito interessante a proposta, de certo os alunos tem uma compreensão maior quando são abordados temas que lhe são transmitidos através de uma linguagem que lhe é mais próxima ou interessante. Só que isto não parece claro no ambiente no escolar quando muitos professores são impossibilitados de inovarem na sala de aula, alguns são impedidos por falta de uma estrutura física que é visível principalmente nas entidades públicas de ensino. Mas não só isso há também a falta de material de didático, a superlotação nas salas, o que favorece uma possível descontração e desconcentração dos alunos, a repressão por parte de alguns diretores e coordenadores pedagógicos que vêm essa alternativa como uma tentativa de enrolar, de não dar aula, visto que pra eles o professor tem que dar conta de todo o conteúdo da disciplina, estes empecilhos ainda que de forma inaceitáveis são encontrados no ambiente escolar brasileiro.

No PCN de História a apropriação de noções, métodos e temas próprios do conhecimento histórico, pelo saber histórico escolar, não significa que se pretende fazer do aluno “um pequeno historiador” e nem que ele deve ser capaz de escrever monografias. A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações, e de interpretar algumas características da realidade em seu entorno, estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época.

Como pode se observar ainda há vários aspectos da História que se preocupa com os grandes feitos históricos, com a datação, coisa que foi feita no início para se estabelecer uma identidade nacional, com o objetivo de levar o aluno a compreender a importância da

pátria na sua vida em sociedade, isso a meu ver leva o aluno a fortalecer o Estado ideológico e a idéia de história como “disciplina decoreba”. Para um dos representantes da Nova História cultural, o historiador francês Roger Chartier a apropriação deve ser vista como uma via de mão dupla , na qual os dois elementos se chocam, absorvem coisas uns dos outros, se apropriam um da cultura do outro e formam uma coisa nova que é o resultado deste contato. A apropriação desses novos valores expostos pelo PCN deve ser considerada como de fundamental importância para a compreensão do fato histórico, podendo levar o aluno a relacionar o seu mundo atual ou presente com o acontecimento histórico ou passado, para se chegar a uma coisa nova que talvez fosse a História Presente, esta mescla fatos do passado e do presente para se ter uma compreensão melhor da realidade atual em que vivemos.

3. CONCLUSÃO

Ainda hoje os Parâmetros Curriculares Nacionais são muito criticados por vários profissionais, por terem sido elaborados de cima pra baixo, como se fosse um referencial a ser seguido , no decorrer do processo observou-se que deveriam ter sido realizados mais encontros e congressos com uma participação maior de professores para poder amadurecer proposta.

Fugindo um pouco à realidade da Educação brasileira o documento esteve um pouco distante da realidade educacional deste país, ele apresenta ainda idéias e ideais ultrapassados, mais também acrescenta coisas inovadoras como a utilização de novas linguagens para a apreensão do conhecimento, o envolvimento maior do corpo discente no processo de aprendizagem, sendo que agora ele é uma elemento ativo e construtor do saber.

O PCN de História deveria, no entanto, atentar as novas pesquisas históricas, atualizar-se melhor, quebrar com os paradigmas e dogmas que sustentam a ideologia do Estado, para que o aluno se liberte dos discursos demagógicos e esteja inserido no processo de ensino como protagonistas e não como meros espectadores reprodutores de um discurso alienante.

O Estado por sua vez deve deixar de lado suas utopias e trabalhar para melhorar as condições de ensino, as estruturas das escolas, universidades e centros de pesquisas; deve promover cursos de aprimoramento e atualização dos professores, valorizar os

profissionais da educação e realizar encontros entre os docentes para que se discutam melhorias nas suas áreas de trabalho, e acima de tudo o Estado deve cumprir com o seu papel de garantir a educação a todos os cidadãos brasileiros de forma gratuita e de qualidade.

4. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia - geral e Brasil**. 2ªed .São Paulo.Moderna,2008.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo. Contexto, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 8ªe.d.São Paulo:Cortez, 2009.